

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14

1 No Brasil, pode-se considerar marco da história da
assistência jurídica, ou justiça gratuita, a própria colonização
do país, ainda no século XVI. O surgimento de lides
4 provenientes das inúmeras formas de relação jurídica então
existentes — e o chamamento da jurisdição para resolver essas
contendas — já dava início a situações em que constantemente
7 as partes se viam impossibilitadas de arcar com os possíveis
custos judiciais das demandas. A partir de então, a
chamada assistência judiciária praticamente evoluiu junto com
o direito pátrio. Sua importância atravessou os séculos, e ela
10 passou a ser garantida nas cartas constitucionais.

No século XX, o texto constitucional de 1934, no
13 capítulo II, “Dos direitos e das garantias individuais”, em seu
art. 113, fez menção a essa proteção, ao prever que “A União
e os estados concederão aos necessitados assistência judiciária,
16 criando para esse efeito órgãos especiais e assegurando a
isenção de emolumentos, custas, taxas e selos”. Por sua vez, a
Constituição de 1946 previu, no mesmo capítulo que a de
1934, em seu art. 141, § 35, que “O poder público, na forma
19 que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos
necessitados”. A lei extravagante veio em 1950, materializada
na Lei n.º 1.060, que especifica normas para a concessão de
22 assistência judiciária aos necessitados. No art. 4.º dessa lei,
havia menção ao “rendimento ou vencimento que percebe e os
25 encargos próprios e os da família” e constava a exigência de
atestado de pobreza, expedido pela autoridade policial ou pelo
prefeito municipal. Foi o art. 1.º, § 2.º, da Lei n.º 5.478/1968
28 que criou a simples afirmação (da pobreza), ratificado pela
Lei n.º 7.510/1986, que deu nova redação a dispositivos da
Lei n.º 1.060/1950.

31 Em 1988, a Carta Cidadã ampliou o escopo da
assistência judiciária ao empregar o termo assistência jurídica
integral e gratuita, que é mais abrangente e que abarca o termo
34 usado anteriormente, restrito apenas à assistência de demanda
judicial já proposta ou a ser interposta. O termo atual também
engloba atos jurídicos extrajudiciais, aconselhamento jurídico,
37 patrocínio da causa, além de ações coletivas e mediação.

Hoje, portanto, alguém que se vê incapaz de arcar com
os custos que uma lide judicial impõe, mas necessita da
40 imediata prestação jurisdicional, pode, mediante simples
afirmativa, postular as benesses dessa prerrogativa,
garantida pela Constituição Federal vigente.

No que se refere às ideias e informações do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Infere-se do texto que a Lei n.º 1.060/1950 ainda está em vigência, embora tenha passado por algumas alterações.
- 2 O autor do texto visa convencer o leitor acerca da necessidade de que se tratem como iguais os desiguais, por meio da prestação jurisdicional gratuita.
- 3 Sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto, o primeiro período poderia ser reescrito da seguinte forma: A própria colonização do Brasil, ainda no século XVI, pode ser considerada marco da história da assistência jurídica, ou justiça gratuita, no país.
- 4 Depreende-se do texto que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é proibido à pessoa possuidora de bens requerer o direito à assistência jurídica integral e gratuita.
- 5 Conclui-se do texto que, ao prever a substituição do atestado de pobreza pela simples afirmativa da pessoa de que ela não pode arcar com os custos judiciais da demanda, a lei teria buscado uma forma de tornar mais acessível ao necessitado o exercício de seu direito.

Ainda a respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens subsequentes.

- 6 A substituição de “ratificado” (ℓ.28) por **confirmada** manteria a coerência do texto, embora seu sentido fosse alterado.
- 7 A supressão da vírgula empregada logo após “prerrogativa” (ℓ.41) manteria a coerência do texto, embora alterasse o seu sentido.
- 8 Seria mantida a correção gramatical do período caso a forma verbal “dava” (ℓ.6) fosse flexionada no plural, escrevendo-se **davam**.
- 9 Em “as partes se viam impossibilitadas de arcar com os possíveis custos judiciais das demandas” (ℓ. 7 e 8), a partícula “se” foi empregada no sentido de **umas às outras**.
- 10 O vocábulo “que”, em “incapaz de arcar com os custos que uma lide judicial impõe” (ℓ. 38 e 39), funciona como pronome relativo e retoma o termo antecedente.
- 11 Na linha 10, o pronome “Sua” delimita o significado do substantivo “importância”, funcionando, na oração em que ocorre, como um termo acessório.
- 12 Sem prejuízo para a correção gramatical do período e para o sentido original do texto, o vocábulo “existentes” (ℓ.5) poderia ser flexionado no singular, caso em que passaria a concordar com o antecedente “relação jurídica”.
- 13 O vocábulo “patrocínio” (ℓ.37) foi empregado no texto no sentido de apoio, geralmente financeiro, concedido, como estratégia de *marketing*, por uma organização a determinada atividade.
- 14 Os elementos “já” (ℓ.6), “atual” (ℓ.35) e “Hoje” (ℓ.38) desempenham a mesma função sintática nas orações em que ocorrem.

1 No início da colonização portuguesa no Brasil, a
defesa das pessoas pobres perante os tribunais era considerada
uma obra de caridade, com fortes traços religiosos.

4 Anteriormente à primeira Constituição pátria, a de
1824, vigoraram as Ordenações Afonsinas, as Manuelinas e as
Filipinas. Destas, somente as Ordenações Filipinas,
7 sancionadas em 1595 e que construíram a base do direito
português até o século XIX, com vigência de 1603 até o
10 Código Civil brasileiro de 1916, trazem, em seu texto, algo que
remete ao entendimento de concessão de justiça gratuita,
prevendo que, se o agravante fosse tão pobre que jurasse não
13 e se rezasse, na audiência, uma vez, a oração do Pai-Nosso pela
alma do rei de Portugal, seria considerado quitado o pagamento
das custas de então.

16 Ainda com relação ao aspecto da gratuidade, em
particular, o colonizador português trouxe para o território
brasileiro a praxe forense de acordo com a qual os advogados
deveriam assistir, de maneira gratuita e voluntária, *pro bono*,
19 os pobres que a solicitassem. Essa obrigação era admitida
como um dever moral do ofício, diferenciando-se do
22 voluntariado por ser exercida com caráter e competência
profissionais, embora fosse uma atividade não remunerada.

Essas duas formas de gratuidade no acesso à justiça
25 não se confundem. A advocacia *pro bono* é definida como a
prestação gratuita de serviços jurídicos na promoção do acesso
à justiça, ao passo que a assistência jurídica pública gratuita,
28 atualmente prevista na Constituição Federal, no artigo 5.º,
inciso LXXIV, e no artigo 134, é um dever intransferível do
Estado e, na maior parte das vezes, é realizada na atuação
31 das Defensorias Públicas da União e dos estados e por meio de
convênios entre esses órgãos e a Ordem dos Advogados do
Brasil (OAB).

34 Enfim, a importância dessas duas formas de
assistência jurídica gratuita reside no fato de que o maior
beneficiário dessa prerrogativa é a pessoa com insuficiência de
37 recursos que tenha de demandar em juízo.

Internet: <www.ambito-juridico.com.br> e <www.probono.org.br> (com adaptações).

Com referência às ideias e aos aspectos linguísticos do texto
apresentado, julgue os seguintes itens.

15 De acordo com o texto, o Estado confundia-se com a religião,
o que fica evidente no fato de que foram as Ordenações
Filipinas que compilaram, em textos legais, o benefício da
justiça gratuita de cunho religioso.

16 Conclui-se do texto que a concessão da gratuidade no acesso
à justiça originou-se de um dever legal do Estado de auxiliar os
pobres na resolução de suas demandas.

17 Conclui-se do conteúdo do segundo parágrafo que as ações de
jurar e de rezar em honra do rei funcionavam como um
atestado de pobreza, ou seja, como forma de demonstrar a
situação de insuficiência de recursos a fim de se obter a
concessão da assistência judiciária gratuita.

18 Sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto, o
trecho “se o agravante (...) custas de então” (ℓ. 11 a 15) poderia
ser reescrito da seguinte forma: caso o agravante for muito
pobre a ponto de não ter bens móveis ou bens imóveis, e caso
nem tenha como pagar as custas do processo, se rezar um
Pai-Nosso na audiência em honra do rei de Portugal o
pagamento das custas da época será considerado liquidado.

19 Presentes no texto, os vocábulos “caráter”, “intransferível” e
“órgãos” são acentuados em decorrência da regra gramatical
que classifica as palavras paroxítonas.

20 As expressões “No início da colonização portuguesa no Brasil”
(ℓ.1), “Anteriormente à primeira Constituição pátria” (ℓ.4),
“Ainda com relação ao aspecto da gratuidade” (ℓ.16) e “Enfim”
(ℓ.34) promovem o encadeamento e a sequencialização dos
argumentos desenvolvidos no texto.

21 O vocábulo “sancionadas” (ℓ.7) é, no texto, sinônimo de
promulgadas.

22 No trecho “Anteriormente à primeira Constituição pátria” (ℓ.4),
o emprego do acento indicativo de crase é facultativo.

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue os
seguintes itens.

23 **Situação hipotética:** Cláudio, servidor público federal, foi
demitido após ter respondido a processo administrativo pela
suposta prática de ato de improbidade administrativa.
Inconformado, Cláudio ingressou com ação judicial e
conseguiu anular a demissão, tendo sido reinvestido no cargo.
Assertiva: Nesse caso, a reinvestidura de Cláudio no cargo
público se dará por meio da reversão.

24 O cargo público, definido como o conjunto de atribuições e
responsabilidades incumbidas ao servidor, é criado por lei para
provimento em caráter efetivo ou em comissão.

25 **Situação hipotética:** Giorgio, de quarenta anos de idade, é
cidadão italiano e não tem nacionalidade brasileira. Foi
aprovado, dentro do número de vagas, em concurso público
para prover cargo do professor de ensino superior de
determinada universidade federal, tem o nível de escolaridade
exigido para o cargo e aptidão física e mental. **Assertiva:**
Nessa situação, por não ter a nacionalidade brasileira, Giorgio
não poderá tomar posse no referido cargo.

26 Ascensão e reintegração são formas de provimento de cargo
público.

Ainda com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os próximos itens.

- 27 Com referência ao servidor público federal, a responsabilidade administrativa e a penal são independentes entre si, podendo cumular-se, salvo no caso de absolvição criminal que negue a ocorrência do fato ou a sua autoria.
- 28 A inassiduidade habitual será apurada mediante procedimento sumário, cabendo, nesse caso, a penalidade de remoção ou de advertência.
- 29 O servidor que for nomeado para cargo de provimento efetivo será submetido, após entrar em exercício, a estágio probatório de três anos, no qual será avaliado com base na assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
- 30 Servidor do Instituto Nacional do Seguro Social que agir como procurador de seu cônjuge na obtenção de benefício previdenciário violará proibição estabelecida no regime disciplinar dos servidores públicos federais.
- 31 É permitido o exercício de mais de um cargo em comissão, desde que seja na condição de interino.
- 32 Ao servidor público federal que tenha recebido certidão emitida por órgão público estadual para instruir pedido administrativo é lícito exigir o reconhecimento de firma da autoridade estadual.

Acerca dos princípios fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

- 33 A prevalência dos direitos humanos, a concessão de asilo político e a solução pacífica de conflitos são princípios fundamentais que regem as relações internacionais do Brasil.

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na CF, julgue os itens que se seguem.

- 34 A Defensoria Pública da União (DPU) pode, em decorrência de expressa previsão constitucional, requisitar diretamente a instituição financeira informações bancárias de cidadão brasileiro.
- 35 A gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito é direito de todo cidadão brasileiro.

Julgue os itens subsequentes, relativos à organização político-administrativa do Brasil e aos poderes da União.

- 36 Compete ao Congresso Nacional sustar ato normativo expedido pelo Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar.
- 37 O Conselho Nacional de Justiça tem competência para controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e da Defensoria Pública.
- 38 No que se refere à proteção e à defesa da saúde, a União exerce competência legislativa concorrente, cabendo-lhe o estabelecimento de normas gerais.

Com relação às funções essenciais à justiça, julgue o seguinte item.

- 39 A CF autoriza, em casos excepcionais, que a DPU exerça a representação judicial de autarquia federal em demanda que discuta matéria relacionada à defesa dos direitos dos quilombolas.

Tendo como referência as normas do direito administrativo, julgue os próximos itens.

- 40 A interdição de restaurante por autoridade administrativa de vigilância sanitária constitui exemplo de manifestação do exercício do poder de polícia.
- 41 A garantia do princípio da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável são objetivos da licitação.
- 42 Constitui manifestação do poder disciplinar da administração pública a aplicação de sanção a sociedade empresarial no âmbito de contrato administrativo.

A respeito da Defensoria Pública (DP), julgue os itens a seguir, com base nas disposições gerais da Lei Complementar n.º 80/1994.

- 43 No caso de recusa de atuação pelo defensor público, o assistido pela DP tem direito à revisão de sua pretensão.
- 44 As funções institucionais da DP não podem ser exercidas em favor de pessoas jurídicas com fins lucrativos, pois esse tipo de entidade não se enquadra no conceito de necessitados.
- 45 O defensor público, no exercício de suas funções institucionais, tem capacidade postulatória em decorrência exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo.

Acerca da organização da Defensoria Pública da União (DPU), julgue os itens que se seguem.

- 46 Os defensores públicos federais participam do Conselho Penitenciário, ainda que não tenha direito a voto nas decisões do conselho.
- 47 Os defensores públicos da União, mediante voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório, formam lista tríplice a ser levada ao presidente da República, após a aprovação do Senado Federal, para a escolha do defensor público-geral federal.
- 48 O mandato do corregedor-geral da DPU é de dois anos, sendo garantia funcional a impossibilidade de destituição antes do seu término.

Acerca do exercício de atribuições na DPU, julgue os itens subsequentes.

- 49 O estágio na DPU é reservado a estudantes de direito matriculados nos quatro últimos semestres do curso, e o tempo do estágio conta como serviço público relevante e prática forense.
- 50 Aos defensores investidos na função antes do advento da Constituição Federal de 1988 foram assegurados o direito de opção pela carreira e o direito ao exercício da advocacia.

Com relação às ferramentas e às funcionalidades do ambiente Windows, julgue os itens que se seguem.

- 51 Por meio da tecla , é possível acessar diretamente algumas funcionalidades do ambiente Windows. Essa opção no teclado permite ações rápidas quando associada simultaneamente a outras teclas, por exemplo, se associada à tecla , acessa-se o Windows Explorer; se à tecla , visualiza-se a Área de Trabalho.
- 52 A alça de preenchimento do Excel é utilizada para somar valores numéricos contidos em um conjunto de células selecionadas pelo usuário.
- 53 No Microsoft Word, o recurso Localizar e substituir permite encontrar palavras em um documento e substituir por outras; no entanto, por meio desse recurso não é possível substituir um termo por outro que esteja no formato negrito, itálico ou sublinhado, por exemplo.
- 54 No Outlook, o recurso  permite enviar e receber mensagens de várias contas do usuário configuradas no sistema, sendo possível também selecionar a opção de baixar apenas mensagens de determinada caixa de correio.
- 55 No Microsoft Power Point, para se utilizar um dos temas de modelos de leiaute de eslaides, é necessário seguir a formatação adotada pelo estilo selecionado, não sendo possível, por exemplo, alterar o tipo de fonte e de cores, ou inserir outros efeitos.

A respeito da Internet e suas ferramentas, julgue os itens a seguir.

- 56 *Malwares* são mecanismos utilizados para evitar que técnicas invasivas, como *phishing* e *spams*, sejam instaladas nas máquinas de usuários da Internet.
- 57 *Switchs* e roteadores são equipamentos utilizados para definir a origem e o destino de pacotes de dados que trafegam entre máquinas de usuários ou de servidores e podem ser utilizados para interligar várias redes de computadores entre si.
- 58 O TCP/IP, conjunto de protocolos criados no início do desenvolvimento da Internet, foi substituído por protocolos modernos, como o WiFi, que permitem a transmissão de dados por meio de redes sem fio.
- 59 O Internet Explorer é um navegador oferecido gratuitamente pela Microsoft junto ao sistema operacional Windows e que, por ser de código aberto, pode ser instalado em qualquer computador.
- 60 Integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação, conceitos fundamentais de segurança da informação, são adotados na prática, nos ambientes tecnológicos, a partir de um conjunto de tecnologias como, por exemplo, criptografia, autenticação de usuários e equipamentos redundantes.

Um estudante de direito, com o objetivo de sistematizar o seu estudo, criou sua própria legenda, na qual identificava, por letras, algumas afirmações relevantes quanto à disciplina estudada e as vinculava por meio de sentenças (proposições). No seu vocabulário particular constava, por exemplo:

- P: Cometeu o crime A.
 Q: Cometeu o crime B.
 R: Será punido, obrigatoriamente, com a pena de reclusão no regime fechado.
 S: Poderá optar pelo pagamento de fiança.

Ao revisar seus escritos, o estudante, apesar de não recordar qual era o crime B, lembrou que ele era inafiançável.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 61 A proposição “Caso tenha cometido os crimes A e B, não será necessariamente encarcerado nem poderá pagar fiança” pode ser corretamente simbolizada na forma $(P \wedge Q) \rightarrow ((\sim R) \vee (\sim S))$.
- 62 A sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((\sim Q) \rightarrow (\sim P))$ será sempre verdadeira, independentemente das valorações de P e Q como verdadeiras ou falsas.
- 63 A sentença $P \rightarrow S$ é verdadeira.
- 64 A sentença $Q \rightarrow R$ é falsa.
- 65 Caso as proposições R e S se refiram à mesma pessoa e a um único crime, então, independentemente das valorações de R e S como verdadeiras ou falsas, a proposição $R \wedge S \rightarrow Q$ será sempre falsa.

Quatro candidatos a uma vaga de emprego em uma agência de detetives deverão passar por um teste de raciocínio lógico, que consiste em entrar em uma sala e descobrir em qual das duas pastas sobre a mesa, uma vermelha e outra verde, estão seus respectivos contratos de trabalho — os quatro contratos estão em uma mesma pasta. Cada um deles poderá fazer uma única pergunta a um de seus dois possíveis futuros chefes: um responderá sempre com a verdade e o outro sempre mentirá. Os candidatos não sabem, todavia, qual dos dois chefes falará a verdade e qual mentirá.

O candidato 1 perguntou a um dos chefes em qual pasta estava o seu contrato; ouviu a resposta e saiu. O candidato 2 fez a mesma pergunta do primeiro candidato só que, casualmente, escolheu o outro chefe, ouviu a resposta e se retirou. O candidato 3 entrou na sala, pegou uma das pastas nas mãos e perguntou a um dos chefes:

— O seu amigo me diria que nesta pasta se encontra o meu contrato?

Ouviu a resposta e saiu. Entrou o último candidato e, com o dedo apontado para um dos chefes, perguntou ao outro:

— Em que pasta ele diria que está o meu contrato?

— “Na verde”, foi a resposta que ele obteve.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 66 A partir das perguntas feitas pelos candidatos 1 e 2, é impossível que eles tenham certeza de onde estejam os seus contratos.
- 67 A partir das perguntas feitas pelos quatro candidatos e das respostas obtidas, é correto afirmar que os contratos estão na pasta vermelha.
- 68 Se os candidatos 1 e 2 seguirem fielmente as respostas que ouvirem, somente um deles terá a chance de ser contratado.
- 69 É correto inferir que o chefe que respondeu ao candidato 1 falava a verdade e que o outro mentia.
- 70 Considere que a pasta que o candidato 3 tenha segurado quando entrou na sala seja aquela que continha os contratos. Nesse caso, a resposta do chefe a quem ele dirigiu a pergunta será “Sim”.